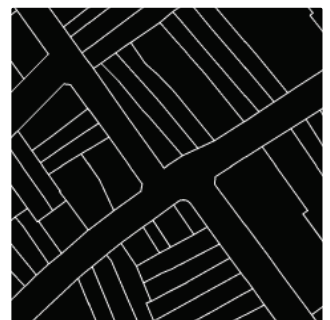
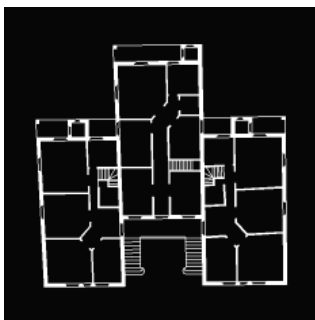


REVISTA DE MORFOLOGIA URBANA

Revista da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana

2014
Volume 2
Número 1



Editor:	Vítor Oliveira , Universidade do Porto, Portugal, vitorm@fe.up.pt
Editores Associados:	Frederico de Holanda , Universidade de Brasília, Brasil Paulo Pinho , Universidade do Porto, Portugal
Editor dos <i>Book Review</i> :	Teresa Marat-Mendes , Instituto Universitário de Lisboa, Portugal, marat.mendes@gmail.com
Editor Assistente:	Mafalda Silva , Universidade do Porto, Portugal
Consultores:	Giancarlo Cataldi , Università degli Studi di Firenze, Itália Jeremy Whitehand , University of Birmingham, Reino Unido Kai Gu , University of Auckland, Nova Zelândia Michael Conzen , University of Chicago, Estados Unidos da América Peter Larkham , Birmingham City University, Reino Unido
Quadro Editorial:	Isabel Martins , Universidade Agostinho Neto, Angola Jorge Correia , Universidade do Minho, Portugal José Forjaz , Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique Judite Nascimento , Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde Luiz Amorim , Universidade Federal de Pernambuco, Brasil Mário Fernandes , Universidade do Porto, Portugal Renato Leão Rego , Universidade Estadual de Maringá, Brasil Sandra Pinto , Universidade Nova de Lisboa, Portugal Sílvio Soares Macedo , Universidade de São Paulo, Brasil Stael de Alvarenga Pereira Costa , Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil Teresa Marat-Mendes , Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Os autores são os únicos responsáveis pelas opiniões expressas nos textos publicados na 'Revista de Morfologia Urbana'. Os Artigos (não deverão exceder as 6 000 palavras, devendo ainda incluir um resumo com um máximo de 200 palavras), as Perspetivas (não deverão exceder as 1 000 palavras), os Relatórios e as Notícias referentes a eventos futuros deverão ser enviados ao Editor. As normas para contributos encontram-se na página 2.

Desenho original da capa - Karl Kropf. Desenho das figuras - Vítor Oliveira

REVISTA DE MORFOLOGIA URBANA

Revista da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana

Volume 2 Número 1 Julho 2014

3 Editorial

5 **F. Holanda**

O mundo das miudezas: Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)

15 **N. Palma**

Estudos urbanos e geometria fractal

25 **G. Cataldi, G. L. Maffei e P. Vaccaro**

Saverio Muratori e a escola Italiana de tipologia projetual

Perspetivas

37 As origens da morfologia urbana e a geografia alemã *V. Oliveira e C. Monteiro*

40 Extensões da forma *A. Perdicoulis*

42 A ‘rua direita’ portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica?
S. M. G. Pinto

44 Gramáticas genéricas para o domínio da cidade e urbanismo *J. N. Beirão*

Relatórios

14 Criação da INTBAU Portugal *R. Florentino*

24 *Turkish Network of Urban Morphology* *T. Ünlü*

36 *Chinese Network of Urban Morphology* *W. Ding*

Book reviews

47 C. D. Coelho (2013) Os elementos urbanos *T. Marat-Mendes*

48 F. de Holanda (2013) 10 mandamentos da arquitetura *V. Oliveira*

Notícias

4 *Urban Morphology*

13 ISUF2014: *Our common future in Urban Morphology*

50 PNUM2015: Configuração urbana e os desafios da urbanidade

A ‘rua direita’ portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica?

Sandra M. G. Pinto, Centro de História de Além-Mar, Lisboa, Portugal. Centro de Documentação e Pesquisa dos Domínios Portugueses (XV-XIX), Curitiba, Brasil. Rua João Bravo n.º 22 1ºG, 3040-379 Coimbra, Portugal. Email: sandramgpinto@gmail.com

Nesta ‘perspetiva’ procura-se questionar o conceito de ‘rua direita’ dentro da História do Urbanismo Português. A pergunta enunciada no título é necessariamente provocadora, já que não se duvida que aquela foi, ou é, uma designação toponímica. A hesitação prende-se, portanto, em entendê-la como ‘o’ elemento estruturador dos espaços urbanos. Perceba-se, então, a razão da própria questão.

Entre os diversos estudos linguísticos e etnológicos relativos a Portugal, Vasconcelos (1917), ao examinar Chaves, deu conta que o topónimo de ‘rua direita’ estava presente em várias cidades e vilas, mas que, ao contrário do que o qualificativo (i.e. ‘direita’) à partida poderia indiciar, as ruas assim nomeadas eram sinuosas. A ‘aparente contradição’ foi resolvida pelo esclarecimento de que o qualificativo não se referia à forma física, mas ao facto de tal rua ser central e de ligar diretamente um extremo ao outro da área urbana. Este mesmo fenómeno e a mesma explicação foram depois aprofundados por outros investigadores, tendo Ribeiro (1968) dedicado especial atenção à Rua Direita de Viseu, tornando-se assim consensual considerar que as ‘ruas direitas’, apesar de serem formalmente tortuosas, eram funcionalmente o centro comercial, ‘o coração’, e o eixo principal de circulação, ligando os pontos de referência, ‘os órgãos vitais’ (Ribeiro, 1984 [1965]).

Teoricamente, a contraposição foi dada por Robert Smith. Como forma de provar a sua conjectura, de que os portugueses não souberam planejar cidades ordenadas e regulares no Brasil, aproveitou para ridicularizar o facto de que as ‘ruas, ironicamente chamadas direitas, eram tortas e cheias de altibaixos’ (Smith, 1955, p. 12). Contudo, a sua leitura derivava mais da comparação formal entre as aglomerações coloniais da América Latina erigidas por portugueses e por espanhóis, do que do conhecimento efetivo da cultura e produção urbana dos primeiros. Curioso é que foi o ‘desmanchar’ deste preconceito que fez avançar o próprio conhecimento.

Neste sentido, e provavelmente não por acaso, a ‘rua direita’ passou a ser vista como o elemento disciplinador do desenvolvimento urbanístico português. Para a emergente historiografia

nacional, a aparente falta de regularidade geométrica dos espaços urbanos foi compensada por um modo característico ou específico da produção portuguesa, no qual o elemento urbano com aquela designação passou a constituir-se como ‘o’ eixo a partir do qual se organizava todo o espaço. Através de um raciocínio abduutivo, criou-se, assim, um fenómeno de estudo, sustentado empiricamente pelas atuais designações toponímicas dos arruamentos. Metodologicamente tornou-se corrente procurar ‘a’ rua direita de cada caso particular, e a proposta teórica disseminou-se nos estudos históricos do urbanismo português, pois aquela designação fazia-se sentir em várias aglomerações continentais e ultramarinas (por exemplo: Fernandes, 1989; Gaspar, 1985; Rossa, 1995).

Todavia, o posterior confronto com as informações toponímicas e topográficas de períodos mais recuados – pois as primeiras até ao século XIX variaram ao longo do tempo (Andrade, 1993) – levou ao reconhecimento de que tal qualificativo existiu em muitas artérias viárias num mesmo espaço urbano e que estas podiam ainda receber outros atributos, conforme o percurso aludido, começando-se a questionar a relação, anteriormente estabelecida, entre o topónimo e a forma/função das artérias (por exemplo: Borges, 1995; Rossa, 2001).

A exploração dos documentos escritos antigos consente ainda outras considerações, de âmbito toponímico. Permite comprovar a aceção de direção, como se depreende pelo exemplo escalabitano de *uia publica que uenit directe de porta de Alpram et uadit ad portam de Alcaçoua*, assim designada em 1294, sendo fácil presumir a redução da expressão ‘rua que vai direita’ para apenas ‘rua direita’. Mas, mostra igualmente que, em alguns casos, o tal circunlóquio foi introduzido em épocas posteriores, não só ao aparecimento físico/material das artérias viárias, mas até à própria inclusão de outros atributos, como se verifica também para Santarém, onde, entre outras, as ruas ‘da Ramada’, ‘dos Mercadores’ ou ‘do Açougue Velho’ foram referidas somente como ‘ruas’, respetivamente, em 1240, 1245 e 1294, aparecendo já como ‘ruas direitas de’ em 1437, 1380 e 1363 (Viana, 2007). De facto, as fontes documentais, como também os

estudos históricos de toponímia, permitem atestar que foi na segunda metade do século XIV que a palavra ‘direita’, utilizada para qualificar determinadas ‘ruas’, começou a aparecer abundantemente na documentação escrita. Tal como, outrossim, também o qualificativo de ‘travessa’, tomando, neste caso, a expressão de ‘rua travessa’, como tão bem comprova o caso do topónimo bracarense, *Rua Travessa que vai do Postigo até à porta da Igreja de Santiago da Cidade primeiramente da mão direita como vão para a dita Igreja*, referido no Tombo do Cabido datado de 1369-80 (Ribeiro, 2008, p. 421). Daqui depreende-se que ‘direita’ e ‘travessa’ foram, então, qualificativos de direção, justapostos ao substantivo ‘rua’, de modo a nomear, distinguir e a caracterizar determinadas artérias fossem elas novas ou existentes dentro do conjunto urbano. Ambos os qualificativos aludiam ao itinerário, pois se naquele o percurso era ‘direto’ entre dois pontos de referência, neste era de ‘atravessamento’ entre dois espaços de circulação. Evidencie-se ainda que com o tempo surgiram alterações nas designações: algumas ‘ruas direitas’ perderam o qualificativo; nalgumas ‘ruas travessas’ o qualificativo transformou-se em substantivo; e outras artérias foram alternadamente identificadas de ‘rua’ e ‘travessa’, dentro de um mesmo intervalo cronológico ou, até mesmo, dentro do mesmo documento.

Com efeito, os dados toponímicos encontrados na documentação histórica obrigam, assim, a relativizar a ideia de que todas as artérias identificadas pela designação de ‘ruas direitas’ foram ‘os’ eixos estruturantes dos espaços urbanos portugueses. Não se nega que algumas dessas ruas, tal como outras, ou até algumas ‘ruas travessas’, tenham desempenhado tal papel; ainda que outras com o mesmo qualificativo possam ter sido somente um acesso mais direto, mais curto ou mais rápido, sem qualquer importância comercial. O que se almeja com este esclarecimento é que, nos estudos históricos da forma urbana portuguesa, se procure e dê a importância devida a cada artéria viária dentro de uma leitura morfológica mais global, e não se evidencie as ruas chamadas de ‘direitas’, apenas e só, por causa da sua designação toponímica, sendo então necessário cruzar duas leituras históricas diferentes, a formal e a toponímica,

para assim perceber as dinâmicas e as mutações ao longo do tempo.

Referências

- Andrade, A. A. (1993) ‘Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas’, *A Cidade, Jornadas Inter e Pluridisciplinares I* (Universidade Aberta, Lisboa) 123-40.
- Borges, A. M. (1995) ‘A toponímia de Évora no final da Idade Média’, *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão* (Editorial Vega, Lisboa) 80-8.
- Fernandes, J. M. (1989) ‘O Funchal e o urbanismo de raiz portuguesa no Atlântico, Estudo comparativo e de enquadramento histórico-estrutural’, *Colóquio Internacional de História da Madeira I* (DRAC, Funchal) 247-60.
- Gaspar, J. (1985) ‘A cidade portuguesa na Idade Média: aspetos da estrutura física e desenvolvimento funcional’, *En la España medieval (La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI)* 6, 133-50.
- Ribeiro, M. (2008) *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Portugal.
- Ribeiro, O. (1984 [1965]) ‘Cidade’, *Dicionário de História de Portugal II* (Livraria Figueirinhas, Porto) 60-6.
- Ribeiro, O. (1968) ‘A rua direita de Viseu’, *Geographica, Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa* 16, 49-63.
- Rossa, W. (1995) ‘A cidade portuguesa’, *História da Arte Portuguesa III* (Círculo de Leitores, Lisboa) 233-323.
- Rossa, W. (2001) *DiverCidade: Urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Smith, R. C. (1955) *Arquitetura colonial: as artes na Bahia* (Livraria Progresso, Salvador).
- Vasconcelos, J. L. (1917) ‘Por Trás-os-Montes’, *O Archeologo Português* 22, 1-53.
- Viana, M. (2007) *Espaço e povoamento numa vila portuguesa, Santarém 1147-1350* (Caleidoscópio, Casal de Cambra).